

REVITALIZAÇÃO E RETOMADA DE LÍNGUAS: CONSEQUÊNCIAS E DESAFIOS

LANGUAGE REVITALIZATION AND LANGUAGE RETAKING: CONSEQUENCES AND CHALLENGES

Carlo Sandro Campos¹

RESUMO: Este artigo discute sobre dois fenômenos relacionados recentes que ocorrem no Brasil, resultado da resistência de grupos indígenas ao processo de colonização e de extermínio de povos e de línguas, a etnogênese e a glotogênese ou retomada de línguas. O objetivo é descrever a situação em que se encontram algumas línguas indígenas atualmente e como ações recentes de revitalização linguística, seja por iniciativa dos próprios povos indígenas ou por meio de parcerias entre povos indígenas e universidade, podem contribuir para a manutenção, fortalecimento e reativação de línguas indígenas. O texto trata especialmente sobre línguas da região localizada entre Minas Gerais e o sul da Bahia e descreve como tais línguas têm sido mantidas, revitalizadas ou retomadas e apresenta alguns desafios para ações de manutenção, revitalização, retomada ou fortalecimento de línguas.

PALAVRAS-CHAVE: Revitalização. Retomada. Línguas indígenas. Fortalecimento.

ABSTRACT: This article discusses two recent related phenomena occurring in Brazil as a result of indigenous groups' resistance to the colonization and extermination process of people and languages, ethnogenesis and glotogenesis or language retaking. The goal is to describe the situation in which some indigenous languages currently find themselves and how recent actions of linguistic revitalization, either by initiative of the indigenous peoples themselves or through partnerships between indigenous peoples and universities, can contribute to the maintenance, strengthening and reactivation of indigenous languages. The text deals especially with languages of the region between Minas Gerais and southern Bahia and describes how such languages have been maintained, revitalized or resumed. The paper presents some challenges for actions to maintain, revitalize, revitalize or strengthen languages to be implemented.

KEYWORDS: Language revitalization. Language retaken. Indigenous languages. Language strengthening.

Introdução

Do início do processo colonizatório até hoje, estima-se que 75% das línguas faladas no Brasil tenham desaparecido (cf. RODRIGUES, 1986; FRANCHETTO e STENZEL, 2019). Segundo dados do IBGE (2019), são faladas no Brasil 279 línguas indígenas. Há estudos que

¹ Professor adjunto do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da Faculdade de Educação da UFMG. E-mail: csandrocamos@gmail.com.

evidenciam, no entanto, que tal número é sobre-estimado por ser baseado em autodeclarações de falantes e não falantes, que consideram suas línguas ancestrais como línguas maternas, pela ligação afetiva e cultural que têm com ela, mesmo que essas já não sejam mais faladas, mesmo por gerações anteriores. Moore (2011); Franchetto e Stenzel, (2019)² demonstram que efetivamente no país não são faladas mais de 154 línguas indígenas. Este número, porém, não inclui as línguas que têm sido retomadas nas últimas décadas por iniciativa dos próprios indígenas a partir de “lembrantes”, de vocabulários registrados por viajantes e até mesmo recuperados em sonhos por anciãos. O objetivo deste artigo é tratar sobre a necessidade geral das línguas minoritárias de passarem por ações de revitalização e sobre o processo recente de retomada de línguas indígenas por iniciativa dos próprios povos indígenas. No texto, procuro mencionar os principais movimentos que existem nesse sentido em Minas Gerais e arredores³. São discutidas as possibilidades que surgem com as retomadas e também os desafios internos e externos aos processos tanto de manutenção quanto de revitalização e ou de retomada.

Desaparecimento de povos e de línguas na faixa leste do Brasil

Rodrigues (1986) observa que, se fosse traçada uma linha imaginária desde o norte, a partir de São Luís do Maranhão, até o sul, em Porto Alegre, de modo que o meio dessa linha passasse por perto de Brasília, a oeste da linha seria o espaço em que as línguas indígenas sobreviveram e, a leste da linha, seria o espaço em que praticamente todas as línguas indígenas desapareceram com exceção do Yatê, língua Fulniô falada no sul de Pernambuco, do Maxakali, falado em Minas Gerais, e do Xokleng em Santa Catarina (cf. RODRIGUES, 1986, p. 19).

É impossível precisar o número aproximado de línguas que eram faladas apenas no espaço que compreende *Minas Gerais e seus arredores*. Pode-se ter uma ideia desse genocídio linguístico, se se olhar para a quantidade de povos que teriam habitado apenas o espaço de Minas Gerais segundo Senna (1937). O autor menciona 171 povos indígenas e informa sua

² Esses estudos consideram línguas aquelas línguas herdadas pelos pais e transmitidas aos filhos como língua materna. O número apresentado é baseado o critério da inteligibilidade mútua, que é a situação em que falantes de duas variedades linguísticas distintas conseguem se comunicar (cf. MOORE, 2011; FRANCHETTO e STENZEL, 2019).

³ Por meio da expressão Minas Gerais e arredores, doravante grafado em itálico, pretende-se se referir ao espaço pouco preciso entre o que se entende hoje como o estado de Minas Gerais e sua continuidade física, além das fronteiras invisíveis com os outros estados, a leste com Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, a nordeste com a Bahia, a oeste com Goiás e Mato Grosso do Sul e a sul com São Paulo. Obviamente, os habitantes desse espaço pouco preciso circulavam livremente, rompendo, aqui e ali, em diferentes momentos, as fronteiras que hoje delimitam os referidos estados.

localização. Apesar de tal número ser certamente sobre-estimado, por se basear em denominações tradicionais e às vezes sem correspondência com a realidade⁴, ele permite que se tenha uma vaga ideia da diversidade linguística e cultural vultosa que existia na região antes da intervenção colonialista. Tais povos foram, aos poucos, escravizados, dispersados, assimilados, massacrados ou aculturados pelos grupos de colonizadores que foram chegando de outras províncias⁵. À medida que as frentes colonizadoras penetravam as selvas do estado, a maioria desses povos foi se desagregando e conseqüentemente desaparecendo, deixando na história oficial pouco ou nenhum vestígio de sua existência. Este é o caso dos povos Goianá e dos Cataguá, mencionados na literatura como habitantes do centro-oeste do estado de Minas Gerais, mas de cujas línguas e culturas nada chegou aos dias de hoje. Alguns deixaram relatos de seus modos de vida, de alianças, da sua pertinácia, sofrimento ou crueldade em batalha com colonos, mas poucos puderam ter registradas palavras quaisquer de suas línguas. Efetivamente, como já mencionado acima a partir da citação de Rodrigues (1986), apenas a língua Maxakali sobreviveu sendo falada e transmitida às crianças no espaço considerado neste artigo⁶.

Atualmente, dos 171 povos indígenas apontados por Senna (1937) como habitantes de *Minas Gerais e arredores*, temos registro de pouco mais de uma dezena de línguas. De cerca de dez delas, restaram apenas itens lexicais: Borum⁷, Kayapó do Sul, Coroado, Kamakã, Koropó⁸, Makuni, Malali, Panhame/Kumanaxó, Pataxó, Pataxó-Hahãhãe, Puri⁹. Algum conhecimento gramatical foi registrado para apenas duas línguas, Krenak e Maxakali¹⁰. O

⁴ É comum que um mesmo nome seja dado a povos distintos que se localizam numa mesma região ou que estivessem juntos quando foram encontrados. Assim aconteceu por exemplo com a denominação Botocudo e Aimorés, que vez ou outra incluíram povos completamente distintos, como Coroados e Maxakali, por exemplo.

⁵ Essa situação ainda permanece em algumas regiões do país. O recente genocídio do povo Ianomami por garimpeiros e pelo incentivo governamental é uma das muitas situações vividas no presente.

⁶ Não se sabe atualmente se o Krenak tem sido transmitido às novas gerações. Possivelmente, também não é mais falado como língua materna, já que os últimos estudos sobre a língua indicam que os Krenak empregam o português como primeira língua (cf. FRASSETTO, 2019). Ao que tudo indica, a língua Krenak não é mais transmitida às crianças (cf. SEKI, 2004, p. 130) exceto talvez por alguns indivíduos monolíngües. Ainda nos anos 80, já não havia mais homens falantes de Krenak (cf. CRISTÓFARO-SILVA, 1986).

⁷ Dos diversos grupos Borum existentes antes da colonização, apenas representantes dos Nakrehé e os Ngutkrat chegaram aos dias atuais com algum conhecimento da sua língua, que se concretiza na língua Krenak. Há diversos vocabulários Botocudo/Borum cuja semelhança lexical entre os itens neles listados sugere que os diferentes grupos Borum falavam línguas que, se não eram inteligíveis, deveriam ser muito próximas entre si.

⁸ Como no caso mencionado dos Botocudo, também os vocabulários dos diferentes povos Maxakali sugerem que havia um contínuo linguístico entre os diferentes grupos Maxakali, talvez com exceção dos Malali e dos Pataxó Setentrionais, cujas línguas possivelmente eram mais distantes das demais.

⁹ Na literatura há a menção de um suposto catecismo escrito em português e em língua Puri por um padre chamado Francisco das Chagas Lima, que viveu entre 1757 e 1832, segundo Ribeiro 2009. A localização desse catecismo poderia favorecer o conhecimento sobre a língua e conseqüentemente auxiliar o processo de revitalização do Puri.

¹⁰ Embora nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais existam falantes de Guarani, essa língua foi introduzida na região mais recentemente e, por essa razão, não pode ser considerada uma língua sobrevivente à colonização na região delimitada no artigo.

Krenak aparentemente não conta mais com falantes nativos e foi minimamente descrito, e o Maxakali é ainda falado vigorosamente e com descrição linguística em curso.

A próxima seção trata sobre a reemergência étnica e sobre a retomada de línguas, fenômeno que surgiu dos povos indígenas como uma ação de resistência.

A emergência étnica ou etnogênese

Apesar da situação triste e desoladora descrita na seção anterior, sobreviventes de povos indígenas permaneceram afirmando sua identidade, mesmo tendo perdido sua língua e muitos traços culturais que os diferenciavam em relação aos colonizadores. Indivíduos ou pequenos grupos aculturados e sem língua permaneceram afirmando uma identidade própria, a partir da memória transmitida pelos parentes, associados ou não a uma denominação tradicional. Assim é que remanescentes de diferentes povos sobreviventes das políticas de usurpação de terras continuaram afirmando sua identidade indígena. É o caso de muitos grupos no Sudeste e no Nordeste e possivelmente também nas demais regiões do país. Entre esses povos, incluem-se os Pataxó, os Pataxó Hãhãhãe, os Xakriabá, os Aranã, os Puri e os Mukurin por exemplo. Esse fenômeno tem ocorrido em diferentes regiões do Brasil, de modo que grupos considerados extintos, como os Aranã e os Puri, por exemplo, ressurgiram como povo nas últimas décadas.

Souza (1996), ao tratar sobre os Kaimbé, comenta a respeito da situação dos índios do nordeste:

até o início da década de setenta somente onze povos indígenas tinham sua existência reconhecida oficialmente. Atualmente pelo menos vinte e quatro etnônimos são conhecidos, considerando-se aqueles reconhecidos pelo Estado e outros que ainda lutam para provar sua alteridade (SOUZA, 1996, p. 19).

O mesmo autor apresenta o quadro abaixo que ilustra a reemergência no nordeste brasileiro¹¹:

Quadro 1: Grupos indígenas no Nordeste

| Grupos indígenas existentes antes da década de 50 | Grupos indígenas surgidos a partir dos anos 60 |
|---|--|
| Atikum (PE) | Jeripankó (AL) |
| Fulni-ô (PE) | Kantaruré (BA) |
| Kambiwá (PE) | Kapinawá (PE) |
| Kaimbé (BA) | Karapotó (AL) |

¹¹ Indivíduos de alguns desses grupos como os Xukuru e os Kariri por exemplo, estabeleceram-se em Minas Gerais.

| | |
|--------------------|------------------|
| Kariri-Xokó (AL) | Paiaku (CE) |
| Kiriri (BA) | Pankararé (BA) |
| Pankararu (PE) | Pankaru (BA) |
| Potiguara (PB) | Pitiguary (CE) |
| Truka (PE) | Tabajara (CE) |
| Tuxá (BA) | Tapeba (CE) |
| Xukuru (PE) | Tinguí-Botó (AL) |
| Xukuru-Kariri (AL) | Tremembé (CE) |
| | Xokó (SE) |
| | Wassu (AL) |

Fonte: Quadro adaptado de Ribeiro (1989) (In: SOUZA, 1996, p. 20)

No espaço de *Minas Gerais e arredores* não foi diferente. Embora, como já mencionado acima, a partir de citação de Rodrigues (1986), apenas a língua Maxakali tenha sobrevivido a partir da segunda metade do século XX, alguns povos persistiram em afirmar sua identidade apesar da repressão contra eles: os Pataxó no sul da Bahia e em Minas Gerais (especialmente a partir de 1951¹²), os Tupinambá no sul da Bahia, os Tupinikin no Espírito Santo, os Canoeiro em Coronel Murta e os Aranã nesta última cidade e em Araçuaí, os Xakriabá no norte de Minas, os Kaxixó no centro-oeste de Minas, os Krenak em Resplendor¹³, além de outras etnias que vieram de outros estados¹⁴. Há casos em que as denominações dos novos grupos não correspondem às denominações registradas historicamente¹⁵. É o caso dos Kaxixó em Minas Gerais. O povo Kaxixó vive nos municípios de Pompéu e de Martinho Campos, às margens do rio Pará¹⁶. Habitantes tradicionais da região centro-oeste de Minas Gerais, desde cedo,

¹² Em 1951 houve o acontecimento conhecido como Fogo de 51. Nesse evento, houve um incêndio criminoso que devastou a aldeia de Barra Velha (cf. SANTOS, 2020, p. 16) e desencadeou movimentos migratórios de parte dos Pataxó de lá para outras regiões do país, incluindo Minas Gerais.

¹³ Há também um grupo Krenak em Valnuíre, São Paulo. Tal grupo se deslocou de Minas na primeira metade do século XX.

¹⁴ Guajajara (Maranhão); Guarani-Mbyá (Paraguai, sul do Brasil); Kiriri (norte da Bahia), Pankararu (Pernambuco); Tuxá (Alagoas, norte da Bahia, Pernambuco); Xukuru-Kariri (Alagoas), Warao (Venezuela).

¹⁵ Como será discutido, essa situação torna ainda mais complexa as ações de retomada, já que em alguns casos não há traços culturais e linguísticos a que o povo agenciador da retomada possa recorrer.

¹⁶ As quatro aldeias são separadas pelo rio Pará. Numa das margens, no município de Martinho Campos, distrito de Ibitira, localizam-se as aldeias de Capão Zezinho e Criciúma. Na outra margem, já no município de Pompéu, estão localizadas as aldeias de Fundinho e Pindaíba.

esconderam sua identidade como estratégia de sobrevivência, para não sofrer retaliações no violento processo de colonização. São conhecidos na região como índios caboclos. Por estarem localizados numa região desde muito cedo explorada por aventureiros não indígenas, inicialmente por garimpeiros e mais tarde por fazendeiros, identificar sua origem étnica é um desafio. Apesar de serem habitantes de uma região que registros históricos apontam ter sido o domínio dos Goianá/Goia e dos Cataguá (cf. SENNA, 1937, p.341, 344), nenhum registro conhecido desses dois povos existe a que se poderia recorrer. Por outro lado, a região em que vivem foi uma área de fronteira entre domínios de povos do oeste (Kayapó e Xavante), do norte (Aranã e Akwen) e do sul (Puri, Coroado e Koropó). Além disso, no processo de colonização a que foram submetidos, foram incorporados como escravos, passando a viver em uma fazenda em companhia de outros escravos, indígenas trazidos do sul (etnia Guarani/Carijó) e africanos. Sampaio (1995) descreve situação semelhante no nordeste brasileiro:

Sabido é também que estes agrupamentos foram frequentemente formados com população de origens culturais e linguísticas diversas, muitas vezes deslocadas dos seus territórios originais (Dantas et al, 1992). Acrescido todo o contexto de submissão dos trezentos anos de dominação colonial sobre estes aldeamentos, não é de estranhar que antigas designações étnicas, quando existentes, tenham, em muitos casos, se perdido, restando como principal marca de identificação dos conjuntos sociais sobreviventes a referência ao próprio território onde foram reunidos. Esta marca territorial está presente em designações atuais como Tingui, Wasu ou Tapeba, ou, mais frequentemente, em heterônimos até recentemente muito adotados por quase todos os grupos na região e ainda muito utilizados pela sociedade regional envolvente, como "Caboclos do Ururubá" para os Xukuru, "Caboclos da Serra Negra" para os Kambiwá, "Caboclos de Mirandela" para os Kiriri e "Caboclos da Batida" para os novíssimos Kantaruré etc. (SAMPAIO, 1995, p. 20).

A situação dos Kaxixó é semelhante à dos Catu-Awá-Arachá, por terem mais de uma referência étnica. No caso dos Kaxixó, eles próprios se definem como índios misturados e apontam origens que remetem aos Guarani vindos do sul como escravos e a povos indígenas que primordialmente habitavam a região centro-oeste de Minas, como os pouco conhecidos Goianá, os Kayapó do Sul, além dos povos Puri-Coroado e Koropó. Esses dois últimos, se não andavam espontaneamente por essa região antes da colonização, provavelmente a alcançaram em movimentos de dispersão desencadeados pela ocupação não indígena. Já os Catu-Awá-Arachá se relacionam aos antigos Cataguases mencionados acima (Catu-awa seria a denominação Tupi para os Cataguases) e aos Araxá, povo que deu nome à cidade em que se encontram. Situação diferente seria a dos Pataxó e dos Pataxó-Hãhãhãe de um lado e dos Xakriabá de outro. Nestes casos, os povos emergentes afirmam pertencimento a uma etnia determinada, documentada historicamente, como é o caso destas três etnias. O caso Pataxó/Pataxó Hãhãhãe é mais complexo, já que sob a denominação Pataxó/Pataxó Hãhãhãe

há vários indivíduos com ascendência relacionada a outros povos, como Guerén, Krenak, Kamakã, Tupinambá, entre outros. Situação intermediária seria a dos Canoeiro e dos Mukurin por exemplo. Nestes dois casos, existe uma relação de pertencimento com um povo determinado, mas a ausência de língua indígena e de um território tradicional torna sua situação mais complexa. No caso dos Canoeiro, havia, no passado, grupos de Maxakali conhecidos como Canoeiros, que viviam do transporte de carga e de passageiros por meio de canoas ao longo do rio Jequitinhonha. Os descendentes desse grupo passaram a se denominar como Maxakali-Canoeiro. Mais recentemente, a afirmação da sua ascendência com os Maxakali chegou a ser questionada por indivíduos Maxakali, o que motivou o grupo a se rebatizar de Canoeiro apenas, possivelmente para evitar conflitos. No caso dos Mukurin¹⁷, remanescentes têm reivindicado seu reconhecimento. Embora o etnônimo não tenha sido mencionado por viajantes, ele é citado no diário de Domingos Pacó, Borum que atuava como professor em aldeamento na região de *Amnhiammra*¹⁸, atual município de Itambacuri em Minas Gerais.

O fenômeno da etnogênese, mencionada por Sampaio (1995), tem desencadeado outro fenômeno, que é a retomada de línguas ancestrais pelos povos que as perderam. Na próxima seção, comentarei algumas iniciativas de retomada linguística que têm se mostrado exitosas.

Revitalização e retomada de línguas ou glotogênese

O termo revitalização tem sido usado para designar ações relacionadas tanto ao resgate de línguas que deixaram de ser faladas quanto de línguas que estão em processo de perda de falantes. São também identificadas como revitalização ações ligadas ao incremento de uma língua, identificadas como RLS (Reversal Language Shift) (King, 2001), cujo objetivo é ampliar os âmbitos de uso da língua alvo, além do âmbito familiar tradicional, introduzindo a língua minoritária em espaços em que apenas a língua majoritária costuma ocorrer. Uma ferramenta fundamental decorrente desse processo de ampliação de espaços de atuação de uma língua é o que se chama de modernização ou intelectualização. Segundo Coronel-Molina e McCarty (2016), a intelectualização de línguas indígenas é essencial para a educação de forma geral, uma vez que o processo é a base para a elaboração de material pedagógico de diferentes disciplinas.

¹⁷ O termo Mukurin se refere à ave jacutinga (*Aburria jacutinga*).

¹⁸ No obituário de Pacó, o nome antigo (possivelmente Borum) da região em que Itambacuri surgiu consta como *Amnhiammra*. Barbosa (1971) menciona o termo *Enkokek* (espinha de cachorro em Borum) com referência à serra da região (vide BARBOSA, 1971, p. 230) junto a que a cidade teria surgido.

Em diversas situações, a emergência/reemergência de povos é acompanhada de uma retomada de línguas, um movimento sintomático do primeiro, também chamada de glotogênese¹⁹. Tal movimento surgiu a partir de ações independentes de pesquisa linguística conduzidas pelos próprios indígenas. O termo “retomada” tem sido empregado para designar o processo de recuperação ou mesmo de reinvenção de uma língua já perdida ou extinta. Muitas vezes, indígenas não concordam que suas línguas deixaram de ser faladas, por terem sido, segundo eles, preservadas em algum grau por “lebrantes” ou por terem sido de algum modo parcialmente recuperadas em situações de sonhos por exemplo. Por essa razão, pode-se dizer que, atualmente, a maneira como a Linguística localiza determinadas línguas consideradas extintas não coincide com a maneira como os povos indígenas outrora falantes dessas línguas veem a língua dos ancestrais. Ainda que a chamem de materna, na prática, mesmo nos casos em que houve uma recuperação linguística robusta, a língua é empregada como língua adicional apenas, restrita ainda a poucos eventos de fala.

Do ponto de vista da linguística, no espaço de *Minas e arredores*, apenas um ou dois povos continuam falando sua língua, o povo Maxakali e o povo Krenak, embora não haja informações seguras de que haja falantes nativos de Krenak atualmente como já foi mencionado. Os demais povos localizados nessa região já não falavam suas línguas na segunda metade do século XX.

Apesar dessa situação, diferentes povos têm se organizado para retomar a língua dos ancestrais. Os Tupinambá no Sul da Bahia têm se esforçado nesse sentido segundo Costa (2013). Pelo fato de o Tupinambá ter sido bem descrito no passado, dispondo de gramáticas, dicionários e mesmo de textos, revitalizar essa língua é possível, embora ainda não tenha acontecido na prática.

Os Xakriabá por sua vez têm promovido intercâmbio com os Xerente (Akwen) para aprenderem a língua dos antepassados, o Xakriabá. Mota (2020) mostra que, embora o Xerente seja a língua referência para a recuperação do Xakriabá, dados lexicais recolhidos por viajantes europeus do Xakriabá e do Akroá permitem recuperar alguns traços da antiga língua que diferem do Xerente, o que em tese permitiria recriar uma língua semelhante ao Xerente, mas com traços do antigo Xakriabá.

¹⁹ Por analogia a etnogênese. Ainda que de forma provisória, empregarei essa denominação ao fenômeno de retomada de línguas.

Remanescentes do povo Puri também têm realizado ações para revitalizar sua língua. Puri (2020) relatam o trabalho de pesquisa linguística e elaboração de ortografia e vocabulário com base nas fontes linguísticas deixadas por viajantes, todas listas de vocabulário apenas.

A retomada de língua indígena mais exitosa de que se tem notícia é o Patxohã, recriado pelo conjunto Pataxó, composto de Pataxó do Sul e Pataxó Hãhãhãe a partir da Cartilha de Baheté, indígena da etnia Pataxó Hãhãhãe e última falante do Pataxó do Norte, Pataxó Setentrional ou apenas Pataxó Hãhãhãe. Mesmo o Patxohã, que tem atualmente uma gramática planejada e léxico em constante crescimento, ainda tem sido usado apenas como língua adicional pelo grande conjunto de indígenas Pataxó, que compreende também indivíduos das etnias Pataxó-Hãhãhãe, Tupinambá, Guerén, entre outras. A aceitação e a consequente adoção do Patxohã pela totalidade Pataxó ainda não é um consenso entre os diferentes grupos. O Patxohã é hoje ensinado nas escolas indígenas Pataxó como língua adicional, tanto no estado da Bahia quanto no estado de Minas Gerais. Há diferenças no uso da língua nos dois estados, mas tais diferenças não parecem comprometer o aprendizado da língua pelos dois grupos. No entanto, indivíduos Pataxó Hãhãhãe anseiam recuperar sua língua ancestral (vide BOMFIM, 2012, p. 106, e NELSON, 2015). Ocorre que o Patxohã teve como base o dialeto Pataxó do Norte, que linguisticamente diferia de maneira considerável do Pataxó do Sul, este muito semelhante à língua Maxakali. Assim, embora o Patxohã hoje seja uma língua iniciada e conduzida pelos descendentes do Povo Pataxó do Sul, a língua, no seu estágio atual, é estrutural e lexicalmente muito distante do antigo Pataxó do Sul. O Patxohã apresenta semelhanças lexicais com o Pataxó do Norte devido à sua base com origem na Cartilha Baheté. Pela estrutura apresentada em Braz (2016), o Patxohã do ponto de vista gramatical tem estrutura semelhante à do português brasileiro, com léxico do Pataxó do Norte, do Pataxó do Sul, do Kamakã, do Guerén e de outras línguas que compõem o complexo Pataxó.

Embora o Patxohã tenha surgido a partir dos dados disponíveis na Cartilha Baheté, a língua parece funcionar até certo ponto como uma koiné²⁰ em relação às diferenças que havia entre as variedades dos Pataxó-Hãhãhãe e dos Pataxó do Sul, já que ela incorporou o léxico de ambas as variedades, embora não se pareça com nenhuma das duas²¹. Assim, o Patxohã se

²⁰ Tomo emprestado o termo grego koiné para me referir à situação de uso do Patxohã envolvendo léxico comum oriundo de duas línguas da mesma família, Pataxó do Sul e Pataxó do Norte, expressando assim uma relação franca entre parte do vocabulário das duas línguas antigas, na falta de termo mais preciso.

²¹ Gramaticalmente, o Patxohã reflete a língua materna dos agentes que a retomaram. Isso é notável especialmente em relação à ordem dos constituintes, à presença de artigos e de preposições e às desinências temporais por exemplo. Nikulin (2020) afirma ser o Patxohã uma língua não classificável (cf. Nikulin, 2020, p.18). A posição

distanciou radicalmente das demais línguas Maxakali, o que sugere que a língua, pelo menos atualmente²², esteja distante, do ponto de vista gramatical e lexical, das características que a permitiriam estar incluída na família Maxakali. Por ter sido reconstruída por professores falantes de português, gramaticalmente, o Patxohã adquiriu uma estrutura similar à do português em relação à morfologia e à sintaxe, apesar do léxico indígena. Este, entretanto, é um mero detalhe que pode ser temporário e, ainda que não o seja, não retira o mérito do grupo que tem conduzido a retomada da língua. O Patxohã é uma prova viva de que uma língua pode ser retomada e voltar a ser falada por seu povo. Pelo menos, a partir do seu ensino na escola, a língua mostra sinais de que está sendo cada vez mais aprendida (cf. BOMFIM, 2012 e BRAZ, 2016).

Um ponto importante ao considerar ações relacionadas a línguas não mais faladas ou em perigo é o aparente conflito entre as iniciativas indígenas de retomada e a postura de linguistas em relação a essas iniciativas. Essa situação decorre do fato de que algumas iniciativas indígenas, em razão de por vezes não lançarem mão de métodos da linguística no esforço de retomar uma determinada língua, obtêm resultados diferentes dos que seriam obtidos pela ciência canônica.

Assim como o conceito de etnogênese, também o de glotogênese tende a ser rejeitado por indígenas, talvez por trazer a carga semântica de algo inventado, interpretado como algo não autêntico.

No entanto, admitir que uma língua deixou de ser falada ou que não é mais a língua materna da comunidade pode ser útil para fomentar ações mais concretas relacionadas à revitalização ou retomada da língua. D'Angelis (2014), apresenta cinco situações distintas por que as línguas podem passar em relação à sua vitalidade: (1) línguas vivas e plenamente ativas; (2) línguas vivas com perda de falantes; (3) línguas vivas apenas entre os mais velhos; (4) línguas mortas e (5) línguas desaparecidas (D'ANGELIS, 2014, p. 102-103). Dessas cinco situações, a língua Maxakali por exemplo estaria na situação (1). Já o Tupinambá estaria na situação (4), enquanto o antigo Pataxó estaria na situação (5), assim como o Puri e o Xakriabá. A situação do Kaxixó não é prevista nessa classificação, já que essa língua, além de

que assumo é a de que o Patxohã apresenta sintaxe e morfologia do português, embora o léxico seja distinto. Essa situação, entretanto, pode ser a qualquer momento alterada, já que a língua está em processo de retomada e, sendo assim, as mudanças nela implementadas podem ser repentinas desde que haja um acordo entre seus usuários.

²² Por estar em processo de retomada, é razoável considerar que a forma gramatical e lexical da língua esteja em processo de mudança mais dinâmico que o por que passam as línguas naturais, naturalmente mais estáveis.

desaparecida, é também desconhecida. Na próxima seção, serão abordados os desafios relacionados a ações de revitalização e de retomada de línguas.

Desafios relacionados à revitalização e à retomada de línguas

Nas próximas seções, são elencados quatro desafios a serem superados no processo de revitalização e de retomada de uma língua: (1) Documentação; (2) Processo de criação gramatical/lexical; (3) Implementação de uso e (4) Planificação. Tais desafios, conforme se pretende mostrar, são interrelacionados e, com exceção do primeiro, dizem respeito a línguas em todas as cinco situações apresentadas na seção anterior. O primeiro desafio é mais restrito a línguas plenamente faladas e visa a registrar conhecimento linguístico e cultural que pode se marginalizar de uma geração para outra. Já os demais desafios podem dizer respeito tanto a línguas plenamente faladas quanto a línguas em processo de revitalização ou de retomada.

Documentação

Latu sensu, documentação diz respeito à ação de registrar ou de documentar da maneira mais ampla possível o maior número de eventos de fala de uma língua de modo a garantir que tais eventos estejam documentados em áudio e em vídeo. O resultado do registro desses eventos permite que um povo determinado tenha acesso a informações linguísticas e culturais que eventualmente podem se perder de uma geração para outra. Além disso, o resultado da documentação permite a elaboração de gramáticas de dicionários e de material informativo ou recreativo em geral, como livros, jogos, vídeos, entre outros. *Strictu sensu*, a documentação pode se realizar pontualmente em forma de uma ação específica direcionada a um evento de fala particular, ao registro de narrativas de um ancião determinado, ou ao registro de zoônimos e fitônimos de uma língua por exemplo.

No caso da língua Maxakali, é urgente a tarefa de documentação do conhecimento linguístico relacionado à fauna e à flora²³ por exemplo, devido ao avançado estágio de degradação ambiental que há nas Terras Indígenas Maxakali. Conforme demonstrou Campos (2013), zoônimos e fitônomos nativos tendem a ser substituídos por termos correspondentes oriundos do português. Assim, nomes tradicionais como *xupunupa* ‘inhambu’ (*Crypturellus* sp), *punukata* ‘canário-da-terra’ (*Sicalis flaveola*), *mĩmkoxuk* ‘braúna’ e *yõyxux* ‘jacarandá’ têm

²³ Obviamente, quando se trata de uma língua minoritária, a documentação lexical é importante independentemente da área de conhecimento. A atenção ressaltada aqui ao léxico referente à fauna e à flora explica-se pela degradação ambiental extrema existente nas Terras Indígenas Maxakali.

correspondentes, na variedade de falantes mais jovens, baseados em nomes não indígenas: *kãñãñy* ‘canarinho’, *manaõn* ‘braúna’ e *yakanãna* ‘jacarandá’. Algumas espécies, mesmo ainda ocorrendo na região das aldeias, já não têm mais conhecidas as nomeações nativas, que cederam lugar às nomeações oriundas do português. É o caso de termos como os para *codorna* ‘kono’ (*Nothos buraquita*), *perdiz* ‘penit’ (*Rynchotus rufescens*), *carcará* ‘katkana’ (*Caracara plancus*), *seriema* ‘xaniêm’ (*Cariama cristata*), *caju* ‘kayo’ (*Anacardium sp*), *imburana* ou *amburana* ‘ĩmunan’ (*Amburana cearensis*).

A documentação das nomeações tradicionais de animais e de plantas é importante porque, além de primariamente tais termos poderem ser dicionarizados e assim preservados no esforço maior de documentar a língua em todos os seus aspectos, a descrição dessas nomeações pode ser útil para desvendar questões relativas ao conhecimento da língua em geral. No caso da língua Maxakali, inventariar raízes presentes nas nomeações de espécies pode ser útil também para ampliar o conhecimento sobre as variedades linguísticas da família Maxakali e sobre as relações entre elas. Em uma das línguas Maxakali, o Monoxó, variedade possivelmente muito próxima ao Maxakali²⁴, *toktap* é o termo correspondente a *bicho-de-pé* (*Tunga penetrans*).

No Maxakali atual, esse parasita recebe o nome *ãmxûg*, mas a árvore conhecida como *embirema* (*Coutari sp*) recebe na língua Maxakali o nome de *toktap*, a mesma nomeação para *bicho-de-pé* em Monoxó. Embora à primeira vista essa situação pareça uma coincidência ou um erro de anotação por parte de Saint Hilaire, a semelhança física entre o fruto da *embirema* e o formato do *bicho-de-pé* evidencia que a nomeação nas duas variedades Maxakali deve-se à analogia entre um animal e um fruto e *vice versa*. No Monoxó, *bicho-de-pé* foi nomeado por analogia com o fruto, e, em Maxakali, o fruto foi nomeado por analogia com o animal, embora, na língua atual, *toktap* não designe mais *bicho-de-pé* e os falantes não reconheçam a relação desse termo com o animal. O importante neste caso é o uso de um único termo para espécies diferentes, mas com relação analógica, indicando assim possível uso compartilhado de um mesmo lexema no passado. Portanto, tal homonímia nas duas línguas Maxakali, além de evidenciar a relação lexical (e possivelmente também gramatical) estreita entre as duas línguas, sustenta o argumento de Campos (2013) acerca do compartilhamento lexical entre as línguas Maxakali. O autor demonstrou que a língua dos cantos Maxakali apresenta muitos lexemas que

²⁴ Não há evidências convincentes de que o Monoxó tenha sido uma língua distinta da língua Maxakali dada a proximidade lexical e carência de material linguístico disponível.

foram compartilhados pelas outras línguas da família, mas que atualmente ou não estão mais em uso na língua ou têm uso restrito.

Processo de criação gramatical/lexical

O processo de criação gramatical/lexical talvez seja o mais complexo. Na seção “Revitalização e retomada de línguas ou glotogênese”, foi apresentada a situação do Kaxixó, do Patxohã, do Puri e do Tupinambá. Foi mostrado que embora haja o desejo de retomar essas línguas, o Patxohã é o projeto mais adiantado nesse sentido. Não foi possível identificar nenhum estudo que trate sobre o sucesso de implementação de uma língua indígena no Brasil a partir de criação artificial, mas, como já foi mencionado, o caso do Patxohã parece ser exitoso até o momento, já que uma gramática foi planejada e já existe um extenso vocabulário. Na prática, o Patxohã é usado em alguns eventos de fala nas aldeias²⁵.

Com relação à criação lexical, uma das dificuldades jaz em estabelecer qual vocabulário desenvolver na língua-alvo, considerando que é preferível que o vocabulário ensinado seja aquele empregado nas práticas sociais mais frequentes. Por isso, é importante refletir quais gêneros orais ou escritos devem ser aprendidos primeiro. Como a segunda língua é geralmente aprendida na escola, um gênero importante a ser introduzido é o gênero conto. Tal gênero permitiria a aquisição do vocabulário básico da língua (animais, plantas, adjetivos básicos, verbos elementares), além de promover instrução e fruição por meio do aprendizado da língua-alvo. Por outro lado, é preciso pensar também na modernização da língua. O termo modernização ou intelectualização lexical diz respeito a uma prática de política linguística de criação lexical em línguas específicas para expressão de determinados conceitos não existentes na cultura do povo em questão e por consequência em sua língua. Normalmente, no caso de intelectualização de línguas indígenas plenamente faladas, o termo diz respeito à expressão de conceitos relativos à cultura do mundo ocidental, desde expressões de cortesia ao léxico relativo ao desenvolvimento científico e tecnológico mundial, decorrente do processo de globalização. Essa prática faz todo o sentido para uma língua como o Maxakali por exemplo, mas é um desafio enorme para ser implementada integralmente, já que os conceitos de fora das aldeias são geralmente novos, desconhecidos e por isso necessitam primeiro ser aprendidos antes de

²⁵ Pessoalmente pude presenciar o Patxohã sendo falado em situação informal de conversação entre indivíduos Pataxó com relativa fluência, embora a língua materna da totalidade dos indivíduos permaneça sendo o português. Aparentemente, o uso do Patxohã parece estar mais restrito a falas iniciais de oradores, ao uso de fórmulas rituais, canções, além de expressões de saudação e similares.

serem traduzidos. No caso do Patxohã, no entanto, o desafio provavelmente seria menor, porque os Pataxó, por falarem atualmente o português como língua materna já conhecem tais conceitos, necessitando então apenas traduzi-los para a língua emergente²⁶. No caso dos números, por exemplo, a língua Maxakali só usa os números de um a três (*puxet* ‘um’, *tix* ‘dois’, *tikoyuk* ‘três’). Acima de três, os números usados são os do português (*koat* ‘quatro’, *xĩy* ‘cinco’, *xex* ‘seis’, *xet* ‘sete’, *ox* ‘oito’, *nop* ‘nove’, *nex* ‘dez’, etc)²⁷. Quando se trata de expressões envolvendo dinheiro entretanto, mesmo os números de um a três dão lugar aos números em português:

(1)

| | | | |
|----------------------------|--------|----------|-----------|
| Nũhũ kohok | ponok | tayũmak | õm heap |
| Esse fumo | branco | dinheiro | “um real” |
| Esse cigarro custa um real | | | |

(2)

| | | |
|----------------------------|----------|-------------|
| Nõõm kãnãmen | tayũmak | nox heap |
| Essa bala | dinheiro | “dois real” |
| Essa bala custa dois reais | | |

Do ponto de vista prático, não haveria problema em uma língua usar números do português, mas, do ponto de vista da valorização da língua, dispor de vocabulário próprio para tratar de qualquer assunto, da área da Matemática, por exemplo, parece fazer toda a diferença, especialmente para os mais jovens. Se se imaginar uma situação em que um não indígena pergunte a um Maxakali como se diz “dois reais” em sua língua, é possível que pudesse ser constrangedor ao falante de Maxakali ter de informar que a expressão em Maxakali é praticamente igual à em português, o que poderia denotar a falsa impressão de que o Maxakali é menos eficiente ou menos importante que o português. Da mesma forma, poderia ser constrangedor informar que os números na língua são os mesmos usados em português. A situação que se quer ilustrar aqui é a de assimetria entre a língua minoritária e a majoritária. Esta, por razões histórico-culturais dispõe de termos para qualquer área do conhecimento ocidental, enquanto que a minoritária tem léxico disponível apenas para áreas de conhecimento compartilhadas pela cultura indígena local. Um texto relativo à área da Matemática, por exemplo, escrito com o objetivo de integrar um material escolar que se fosse expresso em

²⁶ Obviamente que esta tarefa também não é fácil, já que existe um vocabulário enorme a ser traduzido, mesmo sendo conhecido na língua materna, a língua majoritária neste caso.

²⁷ Na língua há também um sistema antigo de contagem, mas que na prática não é usado. (cf. Pereira, 1992; Silva, 2020).

Maxakali ou em qualquer outra língua minoritária, soaria como português em muitos momentos, já que, em princípio, a base para todas as palavras relativas a números nessa língua seria em português (unidade, dezena, centena, milhar etc., além dos próprios algarismos). No caso da Matemática financeira, seria ainda mais complexo, já que neste ponto nem mesmo os números nativos de um a três são usados, como já illustrei acima. Ainda que os falantes de Maxakali não se importassem com o uso excessivo de palavras oriundas do português, seria preciso um esforço conjunto de toda a comunidade para adaptar um material de Matemática em português para um material em “Matemática Maxakali”. A mesma situação poderia se repetir para qualquer outra área de conhecimento, como Geografia, Biologia, Mecânica etc.

Embora haja geralmente a impressão de que a retomada de uma língua possa ser difícil, a revitalização de uma língua plenamente falada pode apresentar igualmente dificuldades para os agentes envolvidos no processo, já que, no caso de línguas plenamente faladas, a mudança causa uma situação de conflito entre falantes mais jovens, geralmente envolvidos com a mudança, e falantes mais velhos, alheios à mudança e às motivações para tal, e, por isso, mais resistentes aos neologismos. Se por um lado, então, línguas emergentes são difíceis de implementar como línguas nativas/maternas, mudanças deliberadas em línguas plenamente faladas exigem dificuldade igual ou maior para serem implementadas.

Tomemos como exemplo a língua Kaxixó. Como mencionei acima, a língua Kaxixó está em processo de revitalização ou retomada. Para aproveitar o exemplo dos números vistos há pouco, apresento a seguir os números de um a dez em Kaxixó²⁸:

Quadro 2: Numerais na língua Kaxixó

| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
|-----------|------|-----|-------|------|------|--------|-------|---------|--------|-----|
| Cardinais | djě | te | kuny | djo | ita | tadjě | tate | takuny | tadjo | pa |
| ordinais | djěa | tea | kunya | djoa | itaa | tadjěa | tatea | takunya | tadjoa | paa |

Fonte: Projeto de revitalização da língua Kaxixó (FaE/UFMG).

Como se pode ver na tabela, os numerais de seis a nove são constituídos dos algarismos de um a cinco (seis=cinco e um, sete=cinco e dois, oito=cinco e três, nove=cinco e quatro). Já as dezenas são constituídas a partir da base dez (*pa*) antecedida da unidade (no exemplo, vê-se que 20= *te* (dois) + *pa* (dez): *tepa*. Finalmente, os números ordinais são diferenciados dos cardinais por meio de um sufixo *-a*: o numeral cardinal *tadjě* (seis) se transforma em ordinal a partir da inserção d sufixo *-a*: *tadjěa* (sexto).

²⁸ Em sua configuração atual.

Em contraste com o Kaxixó, o Patxohã não apresenta uso de morfemas para diferenciar numerais cardinais²⁹ de ordinais, mas raízes distintas:

Quadro 3: Numerais cardinais e ordinais em Patxôhã:

| Cardinais | | Ordinais | |
|-----------|-----------|----------|------------|
| 1 | apetxiênã | 1 | pukuixê |
| 2 | krokxi | 2 | mitxetxawê |
| 3 | mitxê | 3 | petenyô |
| 4 | rãtxê | 4 | irekahô |
| 5 | nigrê | 5 | wênoré |
| 6 | patxiá | 6 | xamotxé |
| 7 | dxâdxê | 7 | uriwêmô |
| 8 | nitxê | 8 | aytemory |
| 9 | rawata | 9 | koáneré |
| 10 | rótsa | 10 | txoenê |

Fonte: CUNHA (2018), p. 76 e 77.

Como se pode observar no quadro acima, as raízes dos números cardinais diferem completamente das dos ordinais. Os Kaxixó e os Pataxó puderam criar seus sistemas numéricos com relativa facilidade porque suas comunidades já dominavam os conceitos de *numeral*, *cardinal* e *ordinal*. Por não serem o Kaxixó e o Patxôhã línguas maternas do seu povo, a mudança implementada nas duas línguas construídas não trazem grandes impactos além da dificuldade esperada para o aprendizado de uma língua adicional. Esse tipo de situação numa língua materna falada por um povo monolíngue seria mais complexa, já que qualquer neologismo não seria reconhecido pelos falantes não envolvidos na tarefa de criação lexical, especialmente os mais velhos. Por outro lado, examinando a questão por outro espectro, qualquer ação de criação lexical exigirá um esforço inicial consideravelmente maior dos Kaxixó que dos Pataxó. A diferença entre as duas etnias é que, no caso dos Pataxó, por estarem relacionados a uma família linguística, seus agentes podem recorrer ao léxico já existente das outras línguas da família, diferentemente dos Kaxixó, que não têm uma família específica a recorrer. Esta situação torna o processo de criação mais lento, exigindo, conseqüentemente, mais esforços dos agentes envolvidos na pesquisa e na inovação a serem empreendidas.

²⁹ De 11 a 19, os numerais apresentam sufixo *-ruê*; de 20 a 90, os numerais apresentam o prefixo *krã-*; de 100 a 900 o prefixo *xué-* e de mil a 900 o prefixo *hiã-*. (cf. CUNHA, 2018).

Implementação de uso

A implementação diz respeito à efetivação do uso da língua na comunidade de fala. Uma possível barreira ao aprendizado da língua pelos alunos está relacionada à complexidade da língua. Línguas com gramáticas mais complexas ou com muitas formas irregulares levarão mais tempo para serem aprendidas que línguas com gramáticas mais simplificadas. O mesmo se pode afirmar em relação ao léxico. Por isso, os envolvidos na revitalização de línguas devem levar em conta a possibilidade de simplificar a estrutura gramatical da língua alvo. Foi visto na seção anterior que cardinais e ordinais em Patxôhã têm raízes independentes, ao contrário do Kaxixó, que dispõe de um sufixo para indicar os ordinais a partir da raiz cardinal. Na prática, o sistema numérico Patxôhã exigirá mais memória do aprendiz que o sistema Kaxixó. Isso não significa, porém, que um sistema mais complexo como o Patxôhã seja intransponível ao aprendizado. Ele apenas exigirá mais esforço pedagógico por parte de professores e talvez mais tempo de aprendizado desse tópico pelos alunos.

Normalmente, os aprendizes, por não terem intimidade com a língua, tendem a não quererem usá-la nas situações adequadas ao seu uso. Para isso, é preciso que os agentes envolvidos na retomada elejam situações de fala em que se comece a praticar a língua. Tais situações devem ser preferencialmente naturais e frequentes para que os falantes possam adquirir o léxico e as estruturas necessárias para o desempenho esperado. A aquisição do léxico e das construções gramaticais deve ser, como em todo aprendizado de línguas, conduzido de modo crescente, para facilitar a memorização pelos aprendizes.

Planificação

A partir da documentação de uma língua, ações relacionadas à planificação e à política a ser conduzida dizem respeito a como influenciar o uso da língua pelos usuários a partir de um formato previamente pré-estabelecido³⁰.

Uma contribuição nesse sentido foi recentemente anunciada em relação à língua Krenak (FRASSETTO, 2009). Sabe-se que os Krenak empregam o português como língua materna e que alguns usam a língua indígena como língua adicional. Não se sabe, entretanto, em quais situações sociais o Krenak é usado. Possivelmente, por não ser mais a língua materna da comunidade, a língua tenha uso restrito a algumas situações, como na escola, em situações rituais ou de solenidade.

³⁰ (Cf. COOPER, 1989, p.45).

Frassetto (2019) apresenta um trabalho de compilação de três vocabulários Botocudo/Borum: o de Wied-Neuwied (1940); o de Hartt (1950) e o de Macedo (1948). Essa iniciativa é uma importante contribuição não só para os falantes de Krenak, mas também para descendentes de outras etnias Borum interessados em recuperar a língua ancestral, como os Mokurin e os Aranã. Esses vocabulários foram interpretados linguisticamente e adaptados a uma ortografia unificada³¹ por Frassetto (2019), permitindo assim que usuários da língua Krenak possam ter acesso ao léxico registrado por viajantes, ampliando assim a possibilidade de uso da língua.

Outro exemplo de ação de planificação foi realizada no âmbito do Curso de Formação de Educadores Indígenas (FIEI), curso de Licenciatura Intercultural da Faculdade de Educação da UFMG. Alunos Maxakali, interessados em conhecer a rosa dos ventos e os termos relativos aos pontos cardeais correspondentes, criaram termos na sua língua, assim como termos em Maxakali para os estados brasileiros, que escreviam como em português. A criação desses neologismos permitiu que durante o curso eles pudessem escrever um texto sobre os povos indígenas de diferentes estados, indicando assim em sua própria língua o termo referente à região do país, algo que antes da tarefa de criação lexical não seria possível sem usar termos do português.

Considerações finais

Neste artigo, procurei apresentar a situação linguística na área que denominei *Minas Gerais e arredores*, que compreende os atuais estados de Minas Gerais, leste de Goiás, Rio de Janeiro, Espírito Santo e sul da Bahia. Das muitas línguas faladas nessa região, apenas restou a língua Maxakali sendo transmitida às novas gerações. Movimentos recentes de povos remanescentes visam a retomar suas línguas, sendo que algumas, como o Patxôhã, encontram-se em estado adiantado de revitalização. No texto, procurei descrever algumas ações de revitalização/retomada implementadas por alguns povos e desafios que se impõem aos grupos já envolvidos no trabalho a futuras ações com o objetivo de revitalizar, de retomar ou de fortalecer línguas indígenas.

³¹ De modo geral, viajantes europeus registraram dados linguísticos entre os séculos XIX e XX. Por mais engajados que estivessem na tarefa de registrar dados linguísticos, não dispunham de técnica adequada para a transcrição desses sons e utilizavam por isso grafemas de línguas europeias, geralmente do francês ou do alemão. Além disso, não conheciam as línguas que documentavam e nem seus falantes, o que resultava, com raras exceções, em dados de qualidade duvidosa.

Referências

ABDALA, Mônica Chaves. *Guia História dos índios de Minas Gerais*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1997.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Promoção-da-Família Editora, 1971.

BOMFIM, Anari Braz. *Patxohã, “língua de guerreiro”*: um estudo sobre o processo de retomada da língua Pataxó. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Centro de Estudos Afro Orientais (UFBA), 2012.

BOMFIM, Anari Braz; COSTA, Francisco Vanderlei Ferreira da. (Orgs.) *Revitalização de língua indígena e educação escolar indígena inclusiva*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/EGBA, 2014.

BOMFIM, Anari Braz. Patxohã: a retomada da língua do povo Pataxó. *Revista Linguística*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 13, n.1 jan de 2017, p. 303-327. ISSN 2238-975X 1. [<https://revistas.ufrj.br/index.php/rl>].

BRAZ, Uilding Cristiano. *Iõ êtxawê ãpú Atxôhã Patxôhã uĩ Kijêtxawê Txihihãĩ Pataxó Arahuna'á Makiami: Hãtö uhãdxê ãpú nioniêmã fap'bwá uĩ atxôhã Patxôhã*: O ensino de Língua Patxôhã na Escola Indígena Pataxó Barra Velha: Uma proposta de material didático específico. Monografia de graduação. Belo Horizonte: Faculdade de Educação (UFMG), 2016.

CAMPOS, Carlo Sandro de Oliveira. Características morfofonêmicas, morfossintáticas e léxico-semânticas da zoonímia e da fitonímia em Maxakalí. In: RODRIGUES, Aryon Dall'Igna; CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara. *Revista de Linguística Antropológica*. Brasília: UNB. Vol 4, Núm 1, 2013, p. 89-118.

CEDEFES. *A Luta dos Índios pela Terra*: contribuição à história indígena de Minas Gerais. Contagem: CEDEFES, 1987.

COOPER, Robert. L. *Language planning and social change*. Cambridge University Press, 1989.

COSTA, Francisco Vanderlei Ferreira da. *Revitalização e ensino de Língua Indígena*: interação entre sociedade e gramática. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, 2013.

CUNHA, Jonatan Braz. *Iẽ atxôhã patxôhã: upãp hãwmãytáy itsã ãpiãkxexa/língua Patxôhã*: das palavras aos números. Monografia de graduação. Formação Intercultural para Educadores Indígenas, UFMG, 2018.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Línguas Indígenas no Brasil: urgência de ações para que sobrevivam. In: BOMFIM, Anari Braz.; COSTA, Francisco Vanderlei Ferreira da. (Orgs.) *Revitalização de língua indígena e educação escolar indígena inclusiva*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/EGBA, 2014.

FRANCHETTO, Bruna; STENZEL, K. Celebrando as línguas indígenas: diversidade, artes, memórias. *Revista Linguística*, 15(1), 6-17, 2019.

FRASSETO, Pedro Ternes. *Vocabulário unificado Português-Krenak (Botocudo)-Português do século XIX*. Brasília, DF: FUNAI, 2018.

KING, K. A. *Language revitalization processes and prospects: Quichua in the Ecuadorian Andes*. Clevedon: Multilingual Matters, 2001.

MOTA, Liliane Rodrigues. *Estudo sobre o léxico akwe xakriabá: uma proposta de escrita e uma chamada para a revitalização da língua*. Monografia. Belo Horizonte: Faculdade de Educação, 2020.

MOORE, Denny. Línguas indígenas. In: MELLO, H.; ALTENHOFEN, C. V.; RASO, T. (Eds.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 217-240, 2011.

NELSON, Jessica Fae. *Pataxó Hãhãhãe: Race, Indigeneity and Language Revitalization in the Brazilian Northeast*. 2018.

PACÓ, Domingos Ramos. *Uma Pequena Narração ou Origem; de Como foi descoberto o Itambacuri*. Manuscrito, 1914.

PACÓ, Domingos Ramos. Hámbric anhamprán ti mattâ, nhiñchopón? 1978. In: *Lembranças da Terra. Histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Contagem: CEDEFES, 1978.

PURI, Txâma Xambé; PURI, Tutuschamum; PURI, Xindêda. Kwaytikindo: retomada linguística Puri. *Revista Brasileira de Línguas Indígenas*, Macapá, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2020.

ROMAINE, Suzanne. Preserving Endangered Languages. *Lang. Linguistics Compass* 1: 115-132, 2007.

RIBEIRO, Eduardo Rivail. O Catecismo Purí do Pe. Francisco das Chagas Lima. *Cadernos de Etnolingüística*, vol. 1, no 1, 2009.

PURI, Txâma Xambé; PURI, Tutushamum; PURI, Xindêda. Kwaytikindo: retomada linguística Puri. *Revista Brasileira de Línguas Indígenas*, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 77-101, jan. 2021. ISSN 2595-685X. Disponível em:

<<https://periodicos.unifap.br/index.php/linguasindigenas/article/view/6311>>. Acesso em: 30 ago. 2021. doi: <https://dx.doi.org/10.18468/rbli.2020v3n2.p.77-101>.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização*. São Paulo, Círculo do Livro, 1989

SANTOS, Adreano Pinheiro dos. *O deslocamento dos Pataxó para Minas Gerais: formação da aldeia Imbiruçu, dentro da terra indígena Fazenda Guarani*. Monografia de graduação. Faculdade de Educação (UFMG), 2020.

SEKI, L. Aspectos da Morfossintaxe Krenak: Orações Independentes. *LIAMES: Línguas Indígenas Americanas*, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 131–148, 2012. DOI: 10.20396/liames.v4i1.1431. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/liames/article/view/1431>. Acesso em: 8 maio. 2023.

SENNA, Nelson de. Sobre ethnographia brasileira: principaes povos selvagens que tiveram o seo "habitat" em territorio em Minas Geraes. *Revista do arquivo público mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 25, 1, p. 337-355, jul, 1937.

SILVA, Thaís Cristófaró. *Descrição Fonética e Análise de Alguns Processos Fonológicos da Língua Krenak*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 1986.

SOUZA, Jorge Bruno Sales. *Fazendo a diferença: um estudo da etnicidade entre os Kaimbé de Massacará*. Dissertação de mestrado em Sociologia (UFBA), 1996.

STORTO, Luciana. *Línguas indígenas: tradição, universais e diversidade*. Campinas: Mercado das Letras, 2019.